

Tática, estratégia e política: debate sobre o poder em Foucault e Lacan

Christopher Rodrigues Anunciação¹
Ivan Ramos Estevão²

¹Doutorando em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Pesquisador do Laboratório de Psicanálise e Sociedade – PSOPOL (IP-USP). Professor na área de psicanálise da Universidade Nove de Julho. Psicólogo graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Psicólogo e psicanalista. Tem sua pesquisa voltada para o trabalho do psicanalista em instituições e as implicações da relação entre a psicanálise e a história, a política e social. Atua também como acompanhante terapêutico, supervisor institucional nas áreas de saúde mental e assistência social e como professor em cursos livres para formação de acompanhantes terapêuticos e profissionais que atuam em instituições.

²Doutor e mestre em Psicologia Clínica pela USP. Coordenador do Laboratório de Psicanálise Sociedade e Política da USP. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL) e do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo. Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH). Professor do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da USP. Escreveu vários artigos de psicanálise em livros e periódicos. Autor dos livros *A teoria freudiana do complexo de Édipo* (Escuta, 2017) e *O complexo de Édipo* (Aller, 2021). Psicólogo e psicanalista.

Introdução

O presente artigo trata do desenvolvimento de uma problematização entre a genealogia do poder em Foucault e o texto “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”, de Jacques Lacan, procurando privilegiar o tema do “vocabulário de guerra” presente nos dois autores, fundamentalmente por meio da tática, estratégia e política, sob influência do militarismo de Clausewitz. A análise do poder em Foucault é apresentada a partir dos anos 1970, período no qual se situa a fase “genealógica” e o contexto histórico de produção do texto “A direção do tratamento”, em Lacan, apontando para a problemática do poder no contexto político institucional da psicanálise, à época. Na sequência, uma análise sobre essa questão em Lacan, no mesmo texto, e por fim as possíveis articulações com a teoria do poder, de Foucault.

No início de seu curso *Segurança, território e população* (1977-1978), Foucault esclarece que o seu estudo não visa ao estabelecimento de uma “teoria geral do poder”, mas sim de uma análise de poder no interior da sociedade e das relações, por onde passa, “entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeitos” (Foucault, 1978-2008, p. 4).

Partindo dessa construção, a análise foucaultiana demonstra que o poder não está “encarnado” no Soberano ou no Estado. Além disso, também não é sempre aquilo que coage os indivíduos à ação ou, ainda, algo do qual seria preciso se livrar para a construção de uma sociedade que se verá livre quando puder “superar” suas relações. Ao contrário, sua obra nos aponta que o poder é inerente às relações em geral, além de ser uma força motriz e produtora do *corpus* social. Nesse sentido, o poder engendra saberes, discursos, prazeres, formas de governo, de conduta e de resistências. Não é possível haver relações em que não exista a *circularidade* do poder (Maia, 1995; Albuquerque, 1995).

Tratar dessa análise em Foucault, portanto, não aponta para uma teoria que possa encontrar seu *locus*, sua origem e seu estabelecimento ou, ainda, que demonstre relações verticalizadas e simétricas que evidenciem a existência de um poder soberano. Guilhon Albuquerque (1995) nos lembra que o poder, em Foucault, tem a ver muito mais com uma advertência, um método e uma forma de olhar para a história, do que com uma preocupação com sua fonte.

Isso não significa que sua análise não recaia sobre as problemáticas de Estado. O importante a estabelecer é que o Estado não é encarado por ele conforme as análises mais tradicionais, principalmente do direito e da ciência política, privilegiando-o como toda emanção do poder nas sociedades. Interessa-lhe dar conta das relações mais elementares em que o poder se materializa, e como elas produzem feixes de discursos capazes de engendrar relações ainda mais complexas que colocam em movimento a história (Maia, 1995; Foucault, 1979-2017).

Se a vontade de saber de Foucault estava voltada para as relações mais elementares, para empreender sua análise, foi preciso realizar um deslocamento no método e no objeto da história. Em vez de voltar-se para os grandes empreendimentos, guerras, navegações, ou seja, aquilo que parece ser o objeto histórico, Foucault voltou-se para as histórias “desprezadas”: a loucura, a sexualidade, a prisão, o casamento, as formas de governo – e, junto com elas, os saberes que engendram –, a medicina, a psiquiatria, o direito, a política, a psicologia, a psicanálise (Ferreira-Neto, 2007; Maia, 1995).

Para isso, é importante ressaltar seu deslocamento metodológico entre a *arqueologia dos saberes* e a *genealogia dos poderes*. Enquanto aquela estava voltada para um método de análise da “emergência dos saberes”, esta visa analisar as condições políticas em que esses saberes emergem e, por consequência, os poderes que lhe são inerentes em sua produção (Ferreira-Neto, 2007).

Interessa-nos, em nossa análise, mais o método genealógico, que compõe a obra de Foucault, principalmente a partir dos anos 1970, pois é quando estabelece algumas análises principais sobre o poder: poder disciplinar, governabilidade e biopolítica; debatendo, nelas, o lugar da psicanálise, sua tessitura social e a possibilidade de construir a discussão em relação ao tema do poder, em Lacan (Maia, 1995; Ferreira-Neto, 2007).

Isso não significa que Foucault não tenha tratado da psicanálise durante a arqueologia. Ao contrário, em *As palavras e as coisas* dedica um item à psicanálise, situando-a como um saber possível de problematização do sujeito. O que nos parece é que, no método genealógico, a discussão sobre o poder sofre maior tensionamento e, ao mesmo tempo, o debate com a psicanálise torna-se menos insidioso, o que nos leva a problematizar essa relação entre a análise do poder e a psicanálise (Foucault, 1966-2008).

Já em Lacan, a problemática do poder está voltada para a sua incidência na clínica psicanalítica e, por consequência, na ética da psicanálise. Não encontramos em sua obra uma larga análise sobre a questão do poder, até por não ser o seu objeto principal, mas parece ser o primeiro psicanalista, depois de Freud, a debater essa questão no interior da psicanálise. A principal referência sobre esse tema, em Lacan, é o texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”, que é um relatório do colóquio de psicanálise, proferido em 1958, em Royamont (Lacan, 1958-1998).

Interessa-nos situar, a exemplo de Foucault, a história do presente que rodeia a produção desse texto de Lacan, e por que a problemática do poder é colocada à baila nesse momento.

A entrada de Lacan na teoria psicanalítica tem início com sua tese de doutoramento, intitulada *Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade*, de 1932. Considerada um marco na psiquiatria da época, empreende a sua análise a partir da psicanálise e sob forte influência do surrealismo, propondo uma nova modalidade *técnica* para o tratamento das psicoses (Checchia, 2012).

No mesmo ano, Lacan procura realizar sua análise pessoal com Rudolph Loewestein, um dos psicanalistas mais renomados da França, na época. Um polonês, considerado “cidadão do mundo” que havia se formado em medicina em Berlim e fora analisado por um dos analisandos de Freud.

Em cartas entre Loewestein e Marie Bonaparte – outra figura importante na psicanálise francesa da época, Loewestein descreve Lacan como um analisando que apresentava um forte “desvio de caráter” e uma “superestima de sua capacidade intelectual”, não estando apto, na sua opinião, ao exercício da psicanálise como didata da IPA.

Nesse período, em 1938, Lacan já era membro da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) e, após os seis anos de análise, não recebe alta de seu analista, tampouco o aval para praticar a psicanálise como didata. Para Loewestein, Lacan havia interrompido compulsoriamente o tratamento, ainda que tenha estado por um tempo muito maior em análise do que se praticava na época, pois, com as sessões mais frequentes, as análises duravam em média dois anos (Checchia, 2012).

A querela entre Lacan e seu analista é importante para situar o seu ensino e principalmente o texto de 1958, considerando-se, inclusive, que durante os anos de 1950 ele tenha se dedicado quase integralmente a criticar a técnica conhecida como “Psicologia do Ego”, da qual seu antigo analista era um entusiasta.

Loewestein era um didata da Sociedade Psicanalítica de Paris e mantinha rigidez no tempo de sessão, estabelecido arbitrariamente em 45 minutos, bem como na sua técnica de interpretação, que se baseava principalmente no “fortalecimento” do eu-fraco do paciente, à luz do eu-forte do analista (Checchia, 2012).

Lacan é crítico desse modelo. Na época, já propunha mudanças concernentes ao tempo de sessão, considerando que podia ser variável, a depender da fala, demanda e transferência do analisante. No que diz respeito à psicologia do Ego, suas críticas são mais extensivas e serão pormenorizadas adiante, pois tratam do tema do poder, no texto lacaniano.

Quanto ao cenário de produção do texto de 1958, cabe destacar que a passagem de Lacan pela SPP não foi estável, mas marcada por diversos conflitos na oposição do psicanalista às tentativas de “burocratização” da psicanálise e, posteriormente, de torná-la uma prática exclusiva de médicos, indo na contramão da proposta de Freud (1926-1979) sobre a análise leiga.

Em suma, Lacan assume a presidência da SPP em 1953, sob acusações de insurgência do antigo presidente e de voltar-se contra os mestres da escola, por meio de sua proposta de sessão curta (fora dos 45 minutos estabelecidos) e pelas variações no número de sessões semanais, que eram praticadas pelos didatas. No mesmo ano, um grupo de psicanalistas funda a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), para a qual Lacan é convidado, rompendo com a SPP (Checchia, 2012).

É importante ressaltar que as questões impostas pela SPP, a Lacan, não remetiam apenas às mudanças propostas na técnica psicanalítica, mas também a quanto essas mudanças tinham o potencial de demover os lugares de poder-saber que haviam se estabelecido nas sociedades de psicanálise, após a morte de Freud. Lacan opunha-se à burocracia e ao classicismo das sociedades, e essa perturbação não foi aceita passivamente. Durante sua estada na SFP, os psicanalistas membros não conseguiram o reconhecimento pela Associação Internacional de Psicanálise (IPA), sendo que, em 1961, a condição para filiação da SFP era a saída de Lacan. Em 1963, Lacan rompe também com a SFP e seu ato será um dos temas centrais de seu Seminário do mesmo ano, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*.

Nesse contexto, o texto da “direção do tratamento” está no horizonte das críticas de Lacan aos psicólogos do Ego, técnica psicanalítica que vinha sendo praticada pelos didatas da época. Além disso, essas mudanças eram servis à manutenção do poder relativo às sociedades e a uma subversão da própria ética da psicanálise. Por essa razão, o tema do poder ocupa papel central no texto, e faz apontamentos para o Seminário do ano seguinte, *A ética da psicanálise*, no qual o autor pretende estabelecer o que chama de *a ascese freudiana*, radicalizando a proposição de Freud em detrimento da psicanálise que vinha sendo praticada (Checchia, 2012; Ferreira-Neto, 2007; Lacan 1959-2008).

A genealogia do poder em Foucault e a psicanálise

Conforme dito, no início dos anos 1970, a obra de Foucault e sua analítica do poder se voltaram para o método genealógico, numa admissão de sua “herança nietzschiana”, o que provocará importantes mudanças no seu dispositivo de análise.

Vale ressaltar que este texto não pretende fazer uma ampla conceituação do método genealógico ou propor uma exegese dessa noção no interior da obra foucaultiana, mas demarcar o ponto de encontro que pode ser localizado entre essa forma de análise do poder com a conceituação lacaniana proposta na “direção do tratamento”.

Lima (2012) e Ferreira-Neto (2007) também nos lembram de que a tomada do método genealógico em Foucault não implica no abandono da arqueologia ou numa “impostura” por parte do autor em relação à sua obra, mas que existem eixos de continuidade e de mudanças, na forma de fazer a história, que levam a essa metodologia. Ao mesmo tempo, Foucault não parece um autor ocupado em produzir coerências internas. Percorrendo sua obra, é possível perceber o vigor intelectual de quem se guiava pela riqueza de sua pesquisa e pela surpresa de suas descobertas.

Essa marca do pensamento de Foucault demonstra o que ele propõe no método genealógico. No texto “Nietzsche, a genealogia e história”, vê-se como a proposição genealógica conduz a uma forma de fazer a história que olha para as descontinuidades, rupturas, saltos, em oposição a uma história que se ocupa das “origens” (Foucault, 1971-2017, p. 55).

Será, também, na admissão do método genealógico, que Foucault empreenderá a crítica ao domínio marxista na forma de fazer história e, de modo geral, às ciências humanas, considerando que, quando se fala em “luta de classes”, muito se ocupa das classes – quem elas são, como se ordenam, como dominam umas às outras –, parecendo desprezar a “luta”, sendo essa a força motriz da história. É a luta, portanto, que coloca em jogo as forças que se entreveem na sua análise do poder (Foucault, 1977-2017a, p. 361).

Se, na arqueologia, interessa-lhe constituir um método de análise da emergência dos saberes, na genealogia é o poder que está “acoplado” a eles que lhe são centrais, bem como as resistências que deles se produzem (Ferreira-Neto, 2007; Maia, 1995).

Realizar uma história que não se ocupa das origens, nas palavras de Foucault, é torná-la efetiva, “na medida em que ela reintroduz o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo” (Foucault, 1971-2017, p. 72).

Para isso, Foucault apresenta uma noção fundamental a esse tipo de pesquisa, que é a de *acontecimento*, sendo esse o ponto de ruptura na história; o *bas-fond* da história em que se encontram as efervescências, as lutas, as tentativas de dominação e as resistências.

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, *um vocabulário retomado e utilizado contra seus utilizadores*, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra, que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem a uma destinação, nem a uma mecânica, *mas ao acaso da luta*. (Foucault, 1971-2017, p. 73, grifos nossos).

Nessa esteira, o tema do corpo parece assumir um novo estatuto, sendo um “lugar” de acontecimentos, degenerescências históricas, rupturas e resistências. O corpo da genealogia é o corpo perpassado pelos jogos de saber-poder e que é capaz de introduzir o *descontínuo* na linha da história (Foucault, 1971-2017).

Não por acaso, o tema do corpo é central naquilo que Maia (1995) define como os dispositivos da analítica do poder na genealogia de Foucault, sendo eles o poder disciplinar, o biopoder e a governamentalidade. Nesses dispositivos, o autor estabelece diferentes formas de constituição do poder na sociedade ocidental pela análise dos acontecimentos, discontinuidades e rupturas, assinalando que o poder, ao contrário do que se espera, emana “de baixo para cima”, ou seja, existem condições de produção e efervescência entre os sujeitos que colocam à baila aquelas que posteriormente virão a ser analisadas como “instrumentos de poder do Estado” e para o Estado, nas leituras maquiavélicas do cenário político. Nesse ponto, vale ressaltar também que a genealogia de Foucault opera uma *subversão dialética* na compreensão da mecânica do poder (Maia, 1995; Lima, 2012).

Apresentaremos, a seguir, uma síntese das principais análises de Foucault sobre a psicanálise, demarcando sempre sua relação de exterioridade com ela. Isso significa que nunca se ocupou de criticar os conceitos da psicanálise, sua evolução em termos das Escolas (alemã, inglesa ou francesa) ou entrar na “querela dos métodos”, mas que lhe interessava situar a psicanálise em sua historicidade, a materialidade das instituições e como, por vezes, seu discurso participava no feixe de relações que compõem o poder (Lima, 2012).

No período da arqueologia, no livro *As palavras e as coisas*, Foucault dedica um item para tratar da psicanálise, apontando-a como um empreendimento no interior das ciências humanas capaz de manter a função crítica que lhe é inerente, e de perpétuo questionamento sobre o que fora adquirido nesse campo epistemológico. Nesse sentido, o autor aponta para o estatuto do inconsciente como um objeto capaz de demarcar a crítica necessária ao sujeito das ciências humanas até ali (Foucault, 1966-2008).

Também na obra *Arqueologia do saber*, de 1969, Foucault trata das pesquisas em psicanálise como sendo as que foram capazes de demover o sujeito de sua centralidade em relação ao seu desejo; colocando não o Eu como princípio organizador da *psique*, e sim o inconsciente como material elementar dos desejos e da sexualidade, o autor fala de uma psicanálise que coloca a história em devir (Foucault, 1969-2008, p. 15).

A receptividade à psicanálise em sua capacidade de questionamento, e até mesmo de ruptura, encontra a crítica mais contundente em 1976, com a publicação do primeiro volume da *História da sexualidade: a vontade de saber*, no qual a psicanálise é problematizada mediante o desmonte da “hipótese repressiva”, que supunha haver uma forte repressão à sexualidade, entre os séculos XVII e XIX, até encontrar-se com a *liberalização* dessa narrativa pelo empreendimento freudiano.

O que Foucault demonstra, nesse texto, é justamente o contrário: no período, houve uma verdadeira eclosão do tema da sexualidade, pois nunca havia se falado tanto sobre corpos, condutas e desenvolvimento de formas de governo da sexualidade por meio dos dispositivos da sexualidade e de aliança (Foucault, 1976-2012).

A crítica à psicanálise, nessa obra, advém da noção de biopoder, quando ela é pensada a partir do *dispositivo da sexualidade*, elaborado no primeiro volume da *História da sexualidade*, operando para normalizar os corpos, a sexualidade e encaminhar ao “bom sexo”, longe das perversões e das *psycopathia sexualis*, conforme a terminologia da época. Nesse texto, o autor também aproxima a psicanálise das técnicas de confissão, que serão discutidas adiante.

É notável que há uma virada entre os 10 anos de publicação de *As palavras e as coisas* e o primeiro volume da *História da sexualidade*, na análise de Foucault sobre a psicanálise. Para Ferreira-Neto (2007), isso se deve à mudança no método foucaultiano da arqueologia para a genealogia, em que os dispositivos de poder são privilegiados, e há uma emergência

na vida pública do filósofo, que se ocupa da militância, demonstrando os mecanismos de poder que formam as alianças analisadas em *A vontade de saber*.

Conforme iremos demonstrar adiante, é nessa virada metodológica, na qual a analítica do poder é privilegiada pelo autor, que podemos encontrar um importante ponto de interseção entre Foucault e o texto lacaniano da “direção do tratamento”, em que Lacan, para propor um avanço clínico-metodológico à psicanálise, realiza uma “história do presente” nela, reunindo não apenas a produção teórica dos psicanalistas, naquele momento, mas revelando também quais formas de poder-saber aquelas produções engendravam.

Nessa esteira, o próximo debate entre Foucault e a psicanálise é a partir do curso no Collège de France, de 1978, *Segurança, território e população*, o qual aborda, principalmente, as táticas do biopoder e da governamentalidade, ao analisar o pastorado cristão como uma técnica de governo que desemboca nas artes de governar conhecidas no neoliberalismo; o tema da confissão, que fora direcionado à psicanálise em *A vontade de saber*, retorna com uma maior problematização, porém, mais discretamente, em relação à psicanálise (Foucault, 1978-2008).

O biopoder é, para ele, *grosso modo*, o conjunto de mecanismos pelos quais as condições da “espécie humana” constituirão uma estratégia política, de governo e poder, a saber, o surgimento das vacinas, o controle da natalidade, a contagem dos mortos, a administração das doenças e epidemias, entre outros (Foucault, 1978-2008).

Para efetivar esse controle, será preciso buscar as “técnicas de governo”, que são as práticas que ensejam a população, figurando entre elas o modelo religioso do pastorado, que é uma arte de governar centrada na figura do “pastor e seu rebanho”, que deve ser reunido, contabilizado, investigado como um *corpus* único que constituirá, posteriormente, a noção de população (Foucault, 1978-2008).

Nesse modelo, a técnica de governo está centrada no *Pastor*, inspirado em Jesus, como primeiro pastor da Igreja por meio de seu “sacrifício”, que dá redenção aos homens. As autoridades eclesásticas é que devem ser responsáveis pelo rebanho, cabendo buscar cada ovelha, ainda que desgarrada, e reuni-la em uma centralidade. Entre as diversas técnicas que compõem o pastorado, figura a confissão religiosa como modelo de *individualização* e de produção de verdade, ao rebanho.

Com isso, Foucault explicita que o pastorado vai designar toda uma rede de submissões que desemboca nos processos de sujeição – subjetivação e individualização, primeiro do pastorado e depois de toda a sociedade ocidental. “É, portanto, toda a história dos procedimentos da individualização humana no Ocidente que está envolvida na história do pastorado. Digamos, ainda, que é a história do sujeito” (Foucault, 1978-2008, p. 243).

Aqui cabe supor, a partir da crítica anteriormente empreendida sobre a matriz confessional das ciências psicológicas e da psicanálise, que essa história do sujeito

ocidental, que está imbricada à técnica do pastorado, tangencia o próprio sujeito das ciências humanas. Contudo, essa crítica não será desenvolvida pelo filósofo, tão explicitamente, como na *História da sexualidade*.

Alguns anos anteriores, entre 1973 e 1974, durante o curso *O poder psiquiátrico*, Foucault também fala da psicanálise, agora explicitamente, primeiro supondo que ela possa ter sido o primeiro “recuo” em relação à psiquiatria, quando problematiza a verdade expressa por esta em relação aos sintomas histéricos, o que parece fazer eco à tematização da psicanálise na *episthemé* de *As palavras e as coisas* e na *Arqueologia do saber*. Apesar disso, mais adiante, relembra que, ainda que tenha promovido uma retirada do espaço asilar, a psicanálise não deixa de ensejar uma “reconstituição do poder médico, produtor de verdade, num espaço organizado para que essa produção seja sempre adequada a esse poder” (Foucault, 1974-2012, p. 450).

Outro problema de interesse comum aos dois autores era a organização das instituições psicanalíticas e seu papel de poder na intelectualidade francesa, que Foucault (1977-2017b, p. 395) não deixa de mencionar em um debate de 1977.

Existem países, é verdade, onde, por razões de institucionalização e de funcionamento do mundo cultural, os discursos sobre o sexo talvez não tenham, em relação à psicanálise, essa posição de subordinação, de derivação, de fascínio que têm na França, onde a intelligentsia, por seu lugar na pirâmide e na hierarquia dos valores aceitos, concede à psicanálise um privilégio absoluto, que ninguém pode evitar.

Também em uma entrevista, de 1979, aponta a psicanálise, no Brasil, como uma forma de resistência à hegemonia do poder psiquiátrico, em detrimento daquela praticada no leste europeu, que está muito mais atrelada à figura dos médicos (Foucault, 1979-2017, p. 241).

A incidência do pensamento de Foucault sobre a psicanálise ultrapassa em muito os limites desse texto, valendo lembrar a pesquisa de Christian Dunker (2021), em que irá localizar nas práticas de si e de cuidados de si apontadas pelo autor como o opúsculo da psicanálise moderna, em uma perspectiva arqueológica das práticas psicanalíticas. Ou seja, os “cuidados da alma” identificados por Foucault (1984-2012) desde os primeiros gregos servem ao autor como evidências arqueológicas daquilo que virá a constituir a clínica psicanalítica. Nesse sentido, a obra de Dunker (2021) traz um importante aprofundamento das relações de Foucault e a psicanálise a partir de outras questões que ultrapassam esse artigo.

As questões apontadas até aqui remetem à importância de Foucault na sua relação com a psicanálise. Suas provocações são capazes de suscitar debates no cerne do campo psicanalítico, como o que aqui apresentaremos, que foi motivado pela leitura sistemática das obras de Foucault aqui citadas e o estudo apurado do texto da direção de tratamento de Lacan. O estudo paralelo dessas obras chamou a atenção, pois pode-se perceber que,

embora esses autores não tratem um do outro nelas, conforme nos lembra Rajchman (1993), as críticas de Lacan à psicanálise de sua época faz ecos na analítica foucaultiana do poder, especialmente quando trata da psicanálise.

Durante esse estudo, o que percebemos como lacunar era justamente um debate que tenha discutido a admissão do vocabulário de guerra, ainda que com uma diferença de 12 anos entre o texto lacaniano e a fase genealógica em Foucault, quando da necessidade de construir uma análise do poder por esses dois autores.

O poder na “direção do tratamento”

O contexto da escrita de “A direção do tratamento e os princípios do seu poder” era o da preocupação de Lacan com a política que se desenvolvia nas sociedades de psicanálise e, de modo geral, com a técnica analítica aplicada, que ficou conhecida como “psicologia do Ego”, que parecia contradizer a elaboração ética freudiana.

Lacan é reconhecido como um leitor de Freud. Sua preocupação, desde o início do seu ensino, era o “retorno a Freud”, relendo suas proposições e situando-as em relação à psicanálise que vinha sendo praticada na França e, de certa forma, ao redor do mundo, sob influência, principalmente, da Associação Internacional de Psicanálise – IPA (Checchia, 2012).

No que concerne a seu “retorno a Freud”, a originalidade de Lacan (1967-2006, p. 36) está em situar, no interior da descoberta freudiana, a linguagem.

Ninguém antes de mim parece ter dado importância ao fato de que, nos primeiros livros de Freud – os livros fundamentais, sobre os sonhos, sobre o que chamamos de psicopatologia da vida cotidiana, sobre o chiste –, encontra-se um fator comum, proveniente dos tropeços da fala, furos no discurso, jogos de palavras, trocadilhos e equívocos. É isso que vem em apoio às primeiras interpretações e descobertas inaugurais sobre aquilo de que se trata na experiência psicanalítica, no campo por ela determinado.

Lacan explica esse fator comum como sendo a linguagem – a das “leis de Saussure”, que se exprimem, por exemplo, na narrativa de um sonho, em que importam determinados significantes em detrimento de outros; ou, ainda, no aparecimento de um “ato falho”, que é quando uma palavra é substituída “sem querer” em uma narrativa, como algo que salta ao discurso e materializa-se na fala; ou seja, para ele, o que era central na obra freudiana é a descoberta de uma linguagem que estrutura o inconsciente. Daí o aforismo que norteia o seu ensino: *o inconsciente está estruturado como uma linguagem* (Lacan, 1967-2006).

Essa novidade na transmissão de Freud por Lacan nos é cara, pois dela declina o início da crise institucional que se debate no texto “A direção do tratamento”. A proposição do inconsciente estruturado como linguagem, no retorno a Freud, faz com que a psicanálise

da época se veja em uma “crise institucional” que ele demarca, sendo, fundamentalmente, o predomínio da psicologia do Ego na psicanálise pós-freudiana (Lacan, 1967-2006, p. 13).

A questão teórica, *grosso modo*, que produz o deslizamento entre a proposta freudiana e os psicólogos do ego, devia-se, fundamentalmente, a uma interpretação de Freud, em que caberia ao analista uma “condução” do próprio paciente, supondo que o Ego do analista é um “eu forte”, em detrimento de um “eu fraco” que precisa ser administrado, subjugado nas suas pulsões.³

Essa forma de pensar o tratamento levava a uma condução do paciente, à dependência do analisando pelo analista e a uma “reeducação emocional do paciente”, que em nada continha da *subversão* proposta pela ética freudiana (Lacan, 1958-1998).

No que concerne à técnica analítica, essa posição de dependência entre analista e analisando produzia uma quimera, uma suposição de que o saber do analista “salvaria” o paciente de seu sintoma, enquanto era mantido em uma relação imaginária com seu analista. No Seminário VII, sobre a Ética da psicanálise, Lacan relembra que a questão ética, em Freud, aponta para uma articulação do referenciamento do homem em relação ao Real (Lacan, 1959-2008, p. 23).

Isso colocava em xeque as posições de saber-poder, na sociedade de psicanálise, que preconizavam uma técnica de “atrelamento” do paciente à figura do analista; uma relação de mestria que distanciava do “real do desejo” e mantinha o poder da relação analítica do lado do analista.

Conforme demonstrado anteriormente, a crítica foucaultiana à psicanálise, quando a aproxima da técnica do pastorado, em que o poder se operacionaliza pela técnica da confissão, pode se acercar aqui da observação lacaniana quanto a essa “colagem” do analisante na figura do analista. A leitura realizada até aqui demonstra que, para ele, a psicanálise tornava-se, assim, um puro instrumento de poder, uma estratégia de governo, abrindo mão do seu caráter subversivo, outrora reconhecido por Foucault.

Será na tentativa de subverter essa lógica que Lacan lança mão dos significantes da *tática, estratégia e política* no texto da “direção do tratamento”.

Para ele, seguindo com Freud, o saber da análise reside no paciente. O analista ocupa um lugar de *suposto saber* na relação analítica, sendo que o analisando apenas supõe que o analista saiba do seu desejo e daí se extrai a força motriz do tratamento (Lacan, 1958-1998).

Contudo, para recentralizar o paciente na relação analítica, era preciso realizar uma operação política, que teve grandes efeitos na obra lacaniana e na direção de seu ensino. Sua crítica ao poder, instituído pelas sociedades de psicanálise em relação à técnica, vai na direção mesma do poder, posicionando-o por meio dessa terminologia militar.

³Ressaltaremos, aqui, esse aspecto inicial da diferença entre a psicologia do Ego e a psicanálise lacaniana para o debate político que Lacan introduz por essa mudança técnica, sem estender-se sobre o problema teórico, que é demasiadamente extenso. Para a melhor compreensão desse deslizamento teórico-técnico, vale consultar a tese de doutorado de Marcelo Checchia (2012) sobre a política na obra de Jacques Lacan.

Os termos *tática*, *estratégia* e *política*, tanto em Lacan quanto em Foucault, remontam ao militar prussiano Carl von Clausewitz, e sua obra *Da guerra*, na qual privilegia as noções de tática, estratégia e política para a condução da guerra. É também dele o aforismo a “guerra é a política continuada por outros meios” (Checchia, 2012).

Chama atenção, na genealogia de Foucault, que em sua analítica do poder os termos tática e estratégia estejam em destaque. Em um artigo de 1977 ele nos diz:

O que me parece certo é que, para analisar as relações de poder, só dispomos de dois modelos: o que o direito nos propõe (o poder como lei, proibição, instituição) e o modelo guerreiro ou estratégico em termos de relações de forças. O primeiro foi muito utilizado e mostrou, acho eu, ser inadequado: sabemos que o direito não descreve o poder. (Foucault, 1977-2017a, p. 360).

Primeira indicação, portanto, de que a adoção dessa terminologia tinha a ver com uma nova forma de conduzir a analítica do poder, não mais em termos de centralidades, busca por origem e de determinações, mas agora de feixe de relações, de proposições discursivas e acontecimentos. Como ele demonstra em *Nietzsche, a genealogia e a história*, interessa, a partir desse momento, “o acaso das lutas” (Foucault, 1971-2017). Também, em *Vigiar e punir*:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja recebido como uma propriedade, mas como uma *estratégia*, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, *a manobras, a táticas, a técnicas*, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como um modelo antes a batalha perpétua. (Foucault, 1975-2014, p. 30, grifos nossos).

Ou seja, na genealogia do poder, o vocabulário da guerra interessa, pois fornece uma analítica para a disposição de forças, de lutas, de acontecimentos. Como no curso *Segurança, território e população*, quando analisa a forma pela qual o pastorado cristão encontra-se com o poder disciplinar e se arranja nessa técnica de governo, que é o biopoder; ou em *Vigiar e punir*, na sua análise das táticas disciplinares que compõem a estratégia do panoptismo e permite o governo dos corpos nas prisões.

No curso *O poder psiquiátrico*, quando trata do nascimento da psicanálise, interpretando-a como o primeiro recuo na psiquiatria, no momento em que colocou em questão o jogo de verdade e de mentira, que se estabelecia sobre os sintomas histéricos, demonstra como a inversão de forças no jogo de poder entre o médico e o doente inventa o discurso da psicanálise (Foucault, 1973-2012, p. 170).⁴

⁴Essa posição sobre o discurso da psicanálise e sua emergência encontrará ressonância no Seminário 17 – *O avesso da psicanálise* (1969-1970), de Jacques Lacan, no qual coloca o discurso do analista sob o domínio do discurso da histeria. “O que o analista institui como experiência analítica, pode-se dizer, simplesmente, – é a histerização do discurso” (Lacan, 1969-2016, p. 33). Ao mesmo tempo, não é possível afirmar se Foucault teria tido contato com essa proposição de Lacan na elaboração de seu curso de 1973/1974.

Para Foucault, tática e estratégia compõem um método, uma análise do poder adequada aos resultados de suas pesquisas, apresentadas ao longo de sua obra em textos, livros e cursos.

Diferentemente, Lacan adota a terminologia de guerra, na “direção do tratamento”, sem explicá-la, nem mesmo em sua referência a Clausewitz. Não encontramos, na obra de Lacan, em seus seminários, escritos ou nas suas poucas falas para o rádio e televisão, algo que pudesse explicitar a razão pela qual elege essa terminologia para tratar do poder no interior da relação analítica.

Vale lembrar, também, que o texto de Lacan está pelo menos 12 anos antes da adoção de Foucault por essa terminologia em seu método de pesquisa. Contudo, o ponto de encontro entre eles é como a linguagem da guerra lhes foi útil para tratar do poder.

Para sedimentar sua crítica à psicologia do Ego, Lacan tratará da relação analítica pormenorizada e da posição que o psicanalista deve ocupar. Nesse texto, fala diretamente aos psicanalistas: “Mas o que há de certo é que os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que se saiba quem o conduz. *Eis por que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática*” (Lacan, 1958-1999, p. 595, grifos nossos).

Nesse ponto, o autor compara a sessão de análise com um jogo de forças táticas e estratégicas que comparecem a ela, dispondo que, ao analista, só resta comparecer como o “morto” no campo de batalha – que deve abster-se da identificação imaginária que sugeria que o seu Eu deveria conduzir o Eu do paciente.

Aqui, os termos da tática e estratégia são utilizados para designar, respectivamente, a atuação do analista e a transferência.

A tática, para Lacan, são as ferramentas que o analista utilizará para conduzir o tratamento: tempo de sessão, uso do divã, *setting* analítico e, principalmente, a interpretação, entre outras coisas. Para ele, o analista é livre em sua tática, ou seja, os instrumentos que propiciam a análise não são a própria análise, mas devem estar submetidos ao dispositivo da transferência, que é a estratégia. O que é importante frisar aqui é que o termo tática propõe uma sustentação da ação do analista, no que diz respeito à sua forma, e menos no que tange ao seu conteúdo. A ideia de uma tática “livre”, mesmo que condicionada, aponta para a impossibilidade de uma ação protocolar (anseio comum daqueles que propõem uma técnica ou método de ação). Lacan livra os psicanalistas de buscarem ou seguirem modalidades pré-fixadas de intervenção, em que o analista paga, com sua insegurança e com o horror que seu ato pode invocar, mas libera em direção a poder sustentar o caso a caso que diz respeito à singularidade de cada análise.

Quanto à estratégia, diz respeito à transferência, que se sabe ser a própria relação analítica. É o lugar de suposição de saber que o analista ocupa para quem vem procurá-

lo, ao mesmo tempo em que é o inconsciente posto em ato. Essa posição não é fixa, mas depende da demanda do analisante, ou seja, daquilo que ele espera no tratamento analítico (curar-se, conhecer-se, e assim por diante). A transferência se estabelece a partir do lugar que o analista será colocado pelo analisante (Lacan, 1958-1998).

Nesse ponto, Lacan subverte as noções de poder-saber da psicologia do Ego. Uma vez que a tática do analista está submetida à estratégia, ou seja, à transferência, a escolha dele pelos seus instrumentos depende do analisante – sua demanda, seu desejo e história, sua posição subjetiva e fantasia inconsciente. Disso decorre a impossibilidade da constituição de um manual da ação e, principalmente, de se pautar no Eu do analista como referente do ato analítico.

Para Foucault, esse vocabulário parecia o mais adequado para a analítica do poder, uma vez que faz aparecer o acontecimento, o jogo de forças nas relações entre saber e poder que se engendram e formam discursos, articulam lugares, sujeitos, desejos, ensinam artes de governar.

A semelhança é que, em Lacan, o vocabulário da guerra é utilizado para subverter as posições de poder que pareciam estabelecidas na relação analítica, fruto da burocratização da Psicanálise e suas instituições, e da tentativa de torná-la uma disciplina médica. Aparentemente, as noções de tática e estratégia, em Lacan e em Foucault, encontram-se, na medida em que engendram possibilidades de resistência a esse poder estabelecido.

Em Foucault, pela demonstração, ampla, durante toda sua obra, na analítica do poder, de como as formas que pareciam instituídas de poder estavam agenciadas por diferentes jogos de forças que emanam assimetricamente.

Para Lacan, o vocabulário da guerra introduz a questão do poder na sessão analítica, tirando-o do âmbito do recalcado, como se não existisse. Pela linguagem militar, coloca à baila o tema do poder na psicanálise, confere-lhe importância em relação à técnica analítica, reconhece como algo central, capaz de engendrar o tratamento, a ética da psicanálise e o momento histórico em que essa psicanálise se produz.

Mais adiante, dirá: “o analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser do que em seu ser” (Lacan, 1958-1998, p. 596).

Aqui, ele atinge o cerne de sua questão, introduzindo a política como sendo a própria ética da psicanálise. Em Clausewitz, a tática e a estratégia estão submetidas à política. Valendo-se dessas coordenadas, Lacan observa que o analista nada trará, à sessão, do seu ser, deslocando o imperativo do “eu-forte” para o tema da falta-a-ser – que é o analista que sabe de sua falta em relação ao saber, ou seja, “sabe que não sabe” do sujeito, e que só poderá encontrar-se com o saber se se colocar na posição de escuta, tal qual Freud em relação às primeiras históricas.

Foucault (1976-2017, p. 275) subverte a proposição de Clausewitz, dizendo que “a política é a guerra continuada por outros meios”. Em Lacan, a política é o que permite que a guerra continue – a admissão da ética da psicanálise no jogo da tática e da estratégia é o que possibilita a

continuidade da psicanálise em relação à ascese freudiana e o que possibilita que o poder circule na sessão analítica, uma vez que fora dessa circularidade a psicanálise não se produz.

O que significa dizer que, para que a psicanálise se produza, é preciso admitir o poder em seu interior. Nesse mesmo texto, Lacan (1958-1998, p. 601) assevera que “não há outra resistência à análise senão a do próprio analista”. Sabemos da implicação teórica à noção de resistência na psicanálise, mas interessa restituir seu caráter político nesse texto: a resistência dos analistas ao saber do sujeito que estagnava a psicanálise da época.

A rejeição a um poder que circule na sessão analítica, que se movimenta tática e estrategicamente na relação entre analista e analisando, e que o reconhece como parte elementar dessa relação, faz o tratamento resistir à introdução do sujeito, que só aparece nessa correlação de forças.

Finalmente, cabe analisar outro aspecto que tensiona o poder na psicanálise pela introdução da tática e estratégia na “direção do tratamento”, em Lacan, que são as implicações da tática no manejo clínico.

Conforme dito, Lacan encontrará resistência nas mudanças que irá propor à técnica analítica, começando pela variação no tempo de sessão, que custará seu afastamento da SFP. De saída, identifica que essas resistências estavam muito mais ligadas à manutenção do estatuto hermético da psicanálise e de sua aproximação com o saber médico, do que com a própria aplicação técnica na psicanálise.

Com a tática, o analista é livre nas suas ferramentas. O manejo do tempo de sessão, uso do divã ou do próprio *setting* analítico dependem da transferência, da relação com o saber do paciente, em vez de estarem submetidos ao imperativo das instituições de psicanálise.

Essa elaboração solapa o poder instituído em torno dos consultórios de psicanálise, da soberania do divã, do controle rigoroso do tempo pelo analista e pavimenta o caminho para uma psicanálise mais democrática, que é possível de ser exercida em outros espaços, pois seu dispositivo está atrelado a coordenadas simbólicas que evadem essas divisas. O divã passa a ser uma das ferramentas possíveis entre as inúmeras possibilidades que se ensejam no jogo entre a tática, a estratégia e a política.

Considerações finais

A extensão do tema do poder na obra de Foucault é tamanha que só mediante um recorte podemos propor a problematização que aqui foi desenvolvida. Por outro lado, Lacan é um autor provocativo e inventivo em relação à psicanálise. Não se evadiu das problemáticas que eram colocadas pelo cenário psicanalítico da época, viu-se diante de questões políticas no interior da psicanálise e conduziu sua teoria e obra também pelos acontecimentos, pelo *bas-fond* da própria história que se desenrolou na psicanálise.

Sua preocupação com o poder trata justamente desse tensionamento; do jogo de forças e de saberes-poderes que se estabeleceram, na psicanálise, após Freud. No texto trabalhado, além da elaboração apresentada, há uma série de outras indicações que respondem às questões técnicas da psicanálise, colocando em perspectiva os problemas políticos que delas se desdobravam. Interessou-nos, portanto, como nesse texto Lacan centraliza os problemas políticos em suas implicações teórico-metodológicas.

A demonstração que ele faz de como as questões históricas e políticas alinham-se em relação à produção do saber psicanalítico nos remete ao empreendimento foucaultiano genealógico, quando demonstra como os feixes de saberes-poderes alinham-se na produção dos diferentes discursos. Nessa esteira, Lacan precisou haver-se com o tema poder, o qual não esteve recalcado em sua obra, mas fora esmiuçado, trabalhado e desenvolvido.

Em relação à própria psicanálise, a produção de Foucault é bastante singular e heterogênea, o que é característico de sua obra. Não há um consenso teórico sobre sua posição em relação à psicanálise, muito menos é possível sintetizá-la. As indicações que apresentamos sobre isso, longe de ser uma cronologia ou um sistema linear sobre Foucault e a psicanálise, visam demonstrar essa multiplicidade e como estavam atreladas a questões políticas e históricas que perpassaram esse discurso ao longo de seu percurso teórico.

O “vocabulário de guerra”, debatido nesse texto, além de apontar para importantes contribuições nas duas obras, é o que propiciou o encontro entre os autores ao longo deste trabalho.

O ponto nodal desse tema é que, tanto em Lacan quanto em Foucault, as noções de tática e de estratégia implicam em uma analítica do poder. No segundo, extensamente debatido ao longo de sua obra, passando pela medicina, loucura, prisão, sexualidade, artes de governar, psicanálise, e assim por diante. No primeiro, utilizadas para analisar o poder no seio da relação analítica e centralizá-lo em seu eixo como força motriz do tratamento.

Isso posto, se para Foucault não há relações nas quais não exista o poder, para Lacan não pode haver psicanálise que não inclua o poder na “direção do tratamento”; porém, uma modalidade específica de poder, que será atualizada anos mais tarde, na proposta lacaniana de sua teoria dos discursos, em 1969. Ainda que 12 anos antes, e sob referências distintas, Lacan consegue problematizar a relação analítica como um “feixe de relações em termos de tática e estratégia”, reconhecer suas resistências e posicionar sua política. “A direção do tratamento” é o “ranger” das relações de poder na psicanálise. Tal qual o texto foucaultiano, que resguarda sua atualidade quando no empreendimento de analíticas sobre as instituições atuais, a política, a história – a “direção do tratamento” é atual, pois enoda problemáticas que permanecem vivas no interior da psicanálise.

Nesse sentido, a hipótese desenvolvida até aqui foi a de que a linguagem da guerra produz uma interseção entre esses autores quanto à analítica do poder em seus diferentes

campos de saber. Contudo, ainda não foi possível esclarecer por que essa linguagem serve a Lacan em sua analítica do poder e por que Foucault a considera como a mais adequada para esse empreendimento. Um trabalho arqueológico do texto lacaniano pode auxiliar na compreensão dessa questão, em que se possa evidenciar com maior clareza as bases e influências desse autor.

Outro ponto de interesse é compreender por que Lacan teria ido na contramão de seus contemporâneos, privilegiando o debate sobre o poder no interior da psicanálise quando se viu com questões clínicas, inerentes à prática analítica, como é debatida no texto da “direção do tratamento”.

Um olhar mais apressado pode fazer crer que o autor assim o intui a partir dos reveses políticos que sofreu em suas diversas passagens pelas sociedades de psicanálise, mas a contribuição desse artigo, até aqui, parece demonstrar que a pregnância do vocabulário de guerra, para uma análise das relações de poder, ultrapassa a mera intuição ou provocação. Mais uma vez, o próprio método foucaultiano da arqueologia pode servir para demonstrar mais claramente como se dá esse enodamento teórico e contribuir para a clínica psicanalítica atual, como uma linha de continuidade do texto da “direção do tratamento” que ainda permanece implícita.

Desse modo, além do debate oferecido até aqui, pretendemos contribuir com novos trabalhos que possam tomar as questões apontadas como ponto de partida para a continuidade do intenso debate que o encontro entre esses autores pode oferecer, além de novas contribuições aos diferentes campos de saber aqui discutidos.

Referências

- Albuquerque, J. A. (1995, outubro). Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 7, 105-110.
- Cecchia, M. A. (2012). *Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-05072012-112606/pt-br.php>.
- Dunker, C. I. L. (2021). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento* (2a ed.). São Paulo, SP: Zagodoni.
- Ferreira-Neto, J. L. (2007). Artes da existência: Foucault, a psicanálise e as práticas clínicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 177-184.
- Foucault, M. (1966-2008). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (8a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1969-2008). *A arqueologia do saber* (7a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

- Foucault, M. (1971-2017). Nietzsche, a genealogia e a história. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 55-86). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1974-2012). *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1975-2014). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1976-2012). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (1976-2017). Genealogia e poder. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 262-278). Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra.
- Foucault, M. (1977-2017). Não ao sexo rei. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 344-362). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1977-2017). Sobre a história da sexualidade. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 363-406). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1978-2008). *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1979-2017). *Microfísica do poder* (6a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra.
- Foucault, M. (1979-2017). Poder-corpo. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 234-243). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Foucault, M. (1984-2012). *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Freud, S. (1926-1976). *A questão da análise leiga*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. XX). Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora.
- Lacan, J. (1958-1998). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1959-2008). *O seminário, livro 7: a Ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1967-2006). *Meu ensino*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1969-2016). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lima, R. A. (2012). *Foucault e a constituição histórica da questão do poder na clínica psicanalítica: considerações metodológicas*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-13082012-104910/pt-br.php>.
- Maia, A. C. (1995, outubro). Sobre a analítica do poder em Foucault. *Tempo Social*, 7, 83-103.
- Rajchman, J. (1993). *Eros e verdade: Lacan, Foucault e a questão da ética*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Resumo

Esse artigo pretende desenvolver uma problematização entre a genealogia do poder em Foucault e o texto “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”, de Jacques Lacan, privilegiando o tema do “vocabulário de guerra” presente nos dois autores, fundamentalmente por meio da tática, estratégia e política, sob influência do militarismo de Clausewitz. Será apresentada a análise do poder em Foucault a partir dos anos 1970, na qual situa-se a fase genealógica do autor, e o contexto histórico de produção do texto “A direção do tratamento”, em Lacan, apontando para a problemática do poder no contexto político institucional da psicanálise na época. Tanto em Foucault quanto em Lacan, essa análise foi tangenciada pelo vocabulário de guerra em termos de tática e estratégia. Percebeu-se que o ponto de convergência entre eles, e como as noções de tática e estratégia, serve para descrever o poder, seja nas mais diversas formas de relação apresentadas por Foucault, seja na situação analítica descrita por Lacan. Demonstra-se, também, como as noções de tática, estratégia e política foram importantes para ressituar a problemática do poder no campo da psicanálise e como a genealogia, em Foucault, pode comparecer a esse debate, restituindo o estatuto político da crítica lacaniana, ao mesmo tempo em que coloca em perspectiva a ética da psicanálise.

Palavras-chave: Jacques Lacan. Michel Foucault. Poder. Genealogia. Direção do tratamento.

Tactics, Strategy and Politics: Debate about the Power in Foucault and Lacan

Abstract

This article intends to develop a problematization between the genealogy of power in Foucault and the text “The direction of treatment and the principles of its power”, by Jacques Lacan, privileging the theme of the “war vocabulary” present in the two authors, mainly through tactics, strategy and politics, under the influence of Clausewitz’s militarism. The analysis of power in Foucault from the 1970s will be presented, where the author’s genealogical phase and the historical context of the production of the text “The direction of treatment” in Lacan is located, pointing to the problem of power in the institutional political context of psychoanalysis in season. In both Foucault and Lacan, this analysis was touched by the war vocabulary in terms of tactics and strategy. It was noticed that the point of convergence between them is how the notions of tactics and strategy serve to describe power, whether in the most diverse forms of relationship presented by Foucault, or in the analytical situation described by Lacan. It also demonstrates how the notions of tactics, strategy and politics were important to reinstate the problem of power in the field of psychoanalysis and how the genealogy in Foucault can attend this debate, restoring the political status of Lacanian criticism at the same time that it puts in perspective the ethics of psychoanalysis.

Keywords: Jacques Lacan. Michel Foucault. Power. Genealogy. Direction of treatment.

Tactique, stratégie et politique: débat autour du pouvoir chez Foucault et Lacan

Résumé

Cet article développe une problématisation à propos de la généalogie du pouvoir chez Foucault et dans le texte “La direction de la cure et les principes de son pouvoir”, de Jacques Lacan. Nous repérons le thème du “vocabulaire de guerre” cité par ces deux auteurs, notamment à partir de la tactique, de la stratégie et de la politique, tous les deux étant influencés par le militarisme de Clausewitz. On présentera l’analyse du pouvoir de Foucault à partir des années 1970, celle-ci étant la période dite généalogique de cet auteur aussi comme le contexte historique du texte “La direction de la cure”, de Lacan, dans lequel celui pointe la problématique du pouvoir dans le contexte politique-institutionnel de la psychanalyse à l’époque. Tant chez Foucault comme chez Lacan l’analyse du pouvoir fut tergiversée par le vocabulaire de la guerre dans les termes tactique et stratégie. On percevra que le point de convergence entre eux c’est comme les notions de tactique et stratégie servent pour décrire le pouvoir, tant dans les diverses formes de rapport (de forces) présentées par Foucault comme dans la situation analytique comme décrite par Lacan. On démontrera aussi comment les notions de tactique, stratégie et politique furent importantes pour localiser la problématique du pouvoir dans la psychanalyse et comment la généalogie telle que pensée par Foucault peut participer de ce débat, pointant le statut politique de la critique lacanienne au même temps que permettant de mettre en perspective l’éthique de la psychanalyse.

Mots-clés: Jacques Lacan. Michel Foucault. Pouvoir. Généalogie. Direction de la cure.

Tácticas, estrategia y política: debate sobre el poder en Foucault e Lacan

Resumen

Este artículo pretende desarrollar una problematización entre la genealogía del poder en Foucault y el texto “La dirección de la cura y los principios de su poder”, por Jacques Lacan, privilegiando el tema del “vocabulario de guerra” presente en los dos autores, principalmente a través de tácticas, estrategias y política, bajo la influencia del militarismo de Clausewitz. Se presentará el análisis del poder en Foucault desde la década de 1970, donde se encuentra la fase genealógica del autor y el contexto histórico de la producción del texto “La dirección del tratamiento”, en Lacan, se encuentra señalando el problema del poder en el contexto político institucional del psicoanálisis. en la época. Tanto en Foucault como en Lacan, este análisis fue tocado por el vocabulario de la guerra en términos de táctica y estrategia. Se notó que el punto de convergencia entre ellos es cómo las nociones de táctica y estrategia sirven para describir el poder, ya sea en las formas más diversas de relación presentadas por Foucault, o en la situación analítica descrita por Lacan. También demuestra cómo las nociones de táctica, estrategia y política fueron importantes para restablecer el

problema del poder en el campo del psicoanálisis y cómo la genealogía en Foucault puede asistir a este debate, restaurando el estatus político de la crítica lacaniana al mismo tiempo que se presenta. Perspectiva de la ética del psicoanálisis.

Palabras clave: Jacques Lacan. Michel Foucault. Poder. Genealogía. Dirección del tratamiento.